

Mesa 1 - Dilemas do ensino e pesquisa em desenvolvimento regional: como pensar a região e o desenvolvimento e planejar o país?

RELATOR:

Ivo Theis

Os trabalhos da mesa foram abertos às 9h15m pelo coordenador do VI SEPEPUR, prof. Dr. Benny Shvasberg [FAU/UnB], que logo passou a palavra ao coordenador da mesa, prof. Dr. Arystides Moysés [PUC-GO]. Este, por sua vez, passou-a ao primeiro expositor

Prof. Dr. Aldo Paviani

O professor Paviani, fazendo uso de uma apresentação, passou a tratar da temática da perspectiva do processo de urbanização que vem tendo lugar no Brasil, à luz do caso de Brasília.

Em sua introdução, fez referências a Milton Santos (*a natureza do espaço*), e à Revista Brasileira de Geografia (vol. 60, n. 1-2, p. 255), para definir *região*.

Urbanização definiu como um processo marcado, simultaneamente, por crescimento populacional acelerado, expansão física (conurbação) e mudanças sócio-territoriais.

Recorreu a François Ascher (2010, p. 63) para diferenciar grandes cidades em metrópoles, megalópoles e metápoles.

Ao tratar da realidade urbana brasileira, mencionou o fato de que na década de 2000 a 2010 as grandes cidades cresceram muito, à frente São Paulo, que acrescentou à sua população 810.117 habitantes novos nesses 10 anos.

Ao tratar do caso de Brasília, o prof. Paviani lembrou que o DF integra a Área Metropolitana Integrada de Brasília (AMIB), com outros 21 municípios do entorno, nem todos "identificados" com a "região".

Entre os entraves para o desenvolvimento da AMIB, sobressaem três: baixo dinamismo industrial, desigualdades sociais e falta de integração entre os municípios.

Daí que na região se verificam problemas relacionados a déficits em termos de transporte de massa, infraestrutura, habitação, saúde coletiva e educação, e segurança pública.

Esses problemas, assim parece, tendem a realimentar-se, motivados por uma elevada taxa de desemprego que, embora venha caindo, se encontrava, em setembro de 2012, em 11,9%.

Para enfrentar tais problemas, o prof. Paviani listou um conjunto de propostas e medidas, com o que encerrou sua apresentação.

Prof. Dr. Carlos Brandão [UFRRJ]

O prof. Brandão iniciou sua intervenção, lembrando que tem havido uma retomada da discussão do *regional*, no Brasil e no mundo, mas num plano mais retórico/discursivo. No Brasil, a temática do *regional* tem sido debatida tanto no governo (do que se tem evidência em inúmeros documentos oficiais) e também na academia (do que se tem evidência no crescente número de programas de pós-graduação recomendados pela CAPES na sub-área do desenvolvimento regional).

Entre os documentos mais importantes que tiveram origem no governo federal no período recente destaca-se a *Política Nacional de Desenvolvimento Regional* [PNDR], uma proposta que tem tudo de bem-intencionado, mas não repercutiu fora do Ministério da Integração.

Já na academia, a temática do *regional* vem crescendo, mas esvaziada de seu conteúdo.

Ela tem sido associada, equivocadamente, a um territorialismo exacerbado, a estudos que tendem a vulgarizar o tratamento da questão regional (porquanto ligadas ao sustentável, ao inclusivo e a outras boas intenções). Em contrapartida, não se fala em espaço, em conflitos...

Lembrou q eu abundam estudos sobre Quilombolas, mas são raros os que tratam das grandes empresas que produzem espaço, como as do megaempresário Eike Batista e a Vale do Rio Doce; sobram estudos sobre agricultura familiar, mas são poucos os que tratam das grandes corporações que fortalecem o agronegócio, como a Cargill, a Monsanto...

Da parte dos governos, o planejamento regional é, frequentemente, considerado irrelevante; recorrendo a exemplos diversos, lembrou que as autoridades tem deslegitimado politicamente a temática do *regional*.

Já na academia, muitos conceitos novos (à frente "instituições"), em geral, vazios de conteúdo, como sustentabilidade, desenvolvimento local, governança e outros, substituem categorias que poderiam melhor traduzir a realidade social, como Estado, poder, classes sociais, capital, acumulação, trabalho e outras.

Por fim, resta a constatação de que a troca de conceitos, a saída de uns e a entrada de outros, revela haver também uma correspondente alteração de preocupações. O *regional* é uma temática interessante, mas haveria que analisá-la à luz das relações de poder concretas na sociedade.

Prof. Dr. Clélio Campolina Diniz [UFMG]

A intervenção do prof. Campolina baseou-se em cinco passos principais:

a) **A matriz teórica:** inicialmente, cabe atentar para o caráter inter e transdisciplinar da temática do *regional* – e é preciso fazer um esforço, desde as disciplinas de origem dos estudiosos da questão (economia, sociologia, planejamento urbano e regional, geografia etc.), para se lograr este intento. Não menos relevante é a dimensão histórica do desenvolvimento regional, já que se lida com uma temática que evoca fatos e relações temporalmente contextualizados. Outro aspecto a ser considerado é que o conceito de região requer que se diferencie território de espaço, noções/definições que favorecem uma adequada compreensão da questão regional. Por fim, em termos da base econômica da problemática

regional, o referencial teórico é variado, incluindo contribuições como a de François Perroux.

b) **O recorte espacial:** a temática do *regional* pode ser examinada de distintas perspectivas, a partir de variadas escalas (micro, meso, macro...). Contudo, há que se definir se a região a ser analisada é produto de critérios político-administrativos ou se ela resulta da dinâmica socioeconômica.

c) **Desenvolvimento e território:** uma região é, sempre, uma parte de um todo maior, um espaço recortado de um território nacional. Em que medida o desenvolvimento socioeconômico que tem lugar num país, ao favorecer a polarização, a concentração de seus benefícios numa ou poucas regiões, suscita riscos de fragmentação do território? Aqui entra, pois, a preocupação com a "coesão territorial".

d) **As cidades:** as cidades são partes de regiões. Daí ser necessário atentar para as relações interurbanas – embora não se deva desprezar o "intra-urbano". Assim, o fato de as cidades comporem regiões sugere que se devam considerar as distintas escalas que condicionam e/ou afetam o desenvolvimento local/regional. Outro aspecto relevante é o relativo à infraestrutura no âmbito das redes urbanas, com especial atenção para transportes e comunicações.

e) **Como pensar o Brasil?** Uma referência importante para tratar do desenvolvimento regional no Brasil é a PNDR, à qual poderia ser conferida maior atenção em termos de planejamento e política pública. Ademais, é preciso considerar a função estruturadora da rede urbana já existente, considerando as infraestruturas já disponíveis, mas atentando-se para déficits que vêm se acumulando, especialmente, os referentes aos transportes. Para a consecução da utopia de um país policêntrico, é necessário promover a coesão e a integração nacional (territorial, econômica, social, política...), com vistas a gerar uma autêntica federação. Por fim, mas não menos importante, cabe lembrar a questão ambiental – e aí, sobretudo, a Amazônia -, assim, como a necessária integração do Brasil com a América Latina.

Prof. Dr. Rainer Randolph [IPPUR/ UFRJ]

Inicialmente, o prof. Randolph atentou para o fato de que as intervenções de Carlos Brandão e Clélio Campolina Diniz podem ser consideradas antitéticas: enquanto o último

apresenta uma espécie de agenda para o desenvolvimento regional, o primeiro nitidamente sugere uma “anti-agenda”.

De fato, a intervenção do prof. Randolph foi concentrada na relevância que a temática do *regional* vem ganhando na pós-graduação e na ANPUR. No que se refere à ANPUR, pode-se notar uma [nova?] entrada do tema nas discussões da entidade de forma paulatina, gradativa. Já na pós-graduação, ela ganha força/corpo, rapidamente, na década passada.

Este último ponto é que merece melhor atenção: o que se dá com o surgimento de considerável número de programas de pós-graduação na sub-área de desenvolvimento regional é um reconhecimento/melhor conhecimento da realidade regional do Brasil, lá onde essa realidade regional existe em termos concretos. Dela dão conta o ensino e a pesquisa que a pós-graduação emergente abriga.

Daí que talvez se discuta no evento algo – um *regional* – que não corresponda integralmente à realidade regional que existe em termos concretos no país. E há que captar isso, o que já é possível, precisamente, devido à existência de novos programas de pós-graduação na sub-área.

Aqui então se apresentam dificuldades e potencialidades:

Em primeiro lugar, tende a haver uma descontextualização do local/regional das outras escalas espaciais, levando aos localismos frequentes em estudos regionais.

Em segundo lugar, tende a existir uma antinomia entre recortes setoriais e abordagens mais territorializadas.

Mas, em terceiro lugar, isso abre imensas possibilidades novas para as pesquisas a serem empreendidas por esses programas.

De qualquer maneira, parecem promissores os estudos sobre o *regional* que vêm sendo realizados no âmbito dos (e desde os) programas de pós-graduação, vinculados à área de Planejamento Urbano e Regional / Demografia da CAPES.

Professora Dra. Edna Castro (debatedora)

Na condição de debatedora, a professora Edna Castro observou, primeiramente, que prevalece certa confusão teórica no debate sobre planejamento e desenvolvimento urbano e regional; em segundo lugar, que seria preciso ter claro para qual Brasil se quer planejar; e, em terceiro, que os programas de pós-graduação envolvidos com a temática do *regional* precisam ser mais *sensíveis* à realidade factual, empírica.

A partir desses “marcos”, ela teceu comentários pertinentes a cada intervenção: inicialmente, enfatizou, entre outros, aspectos relativos a regionalizações pouco consistentes, como é o caso da AMIB, apontado pelo prof. Paviani. Em seguida, referiu-se à alocução do prof. Brandão, destacando, entre diversos pontos, o que diz respeito ao cipoal de conceitos e noções que circundam a problemática regional. Depois, comentou a intervenção do prof. Campolina Diniz, dando ênfase a várias questões por ele levantadas, mas, sobretudo, à da Amazônia – e, em consequência, à ambiental –, que lhe é bem conhecida. Por fim, referiu-se aos pontos tratados pelo prof. Randolph, especialmente, o relativo ao crescimento da pós-graduação na sub-área de desenvolvimento regional e à sua relevância na discussão do *regional* no Brasil.

Sua conclusão foi que “avanços”, para o ensino, a pesquisa e a extensão (em nível de graduação e pós-graduação), assim como, em decorrência, para o país (i. é. para a sociedade brasileira), resultariam não de iniciativas voluntaristas, como parece vir acontecendo, no período recente; mas, de um empenho sistemático e rigoroso em problematizar melhor a realidade urbana e regional do país. Algo já acontece, algum acúmulo já existe. Então, pode-se partir deste acúmulo para ir avançando...

Por fim, a professora Edna Castro vaticinou que o desafio a ser enfrentado pela mesa (por seus integrantes) é de como orientar a docência e a pesquisa com vistas a responder à problemática regional num país que, ademais de tudo que já havia sido precedentemente reconhecido, é marcado por conflitos dos quais não se fala nem se ouve, um país que é desinformado por uma mídia a serviço de uma fração muito pequena da sociedade brasileira, enfim, um país atravessado por problemas que não poderiam ser discutidos no limitado tempo da mesa.

Comentários pessoais [Ivo M. Theis]:

Talvez haja, com relação à questão da profusão de noções e conceitos, certa fadiga teórica – que também vem alcançando o debate realizado em torno do *regional*.

No âmbito da academia, parece ter se institucionalizado a prática da consultoria – que legitima a atuação de profissionais ligados à problemática do *regional* junto a governos e outros atores que demandam seus serviços. Mas, se, de um lado, conspurcam as relações profissionais no contexto de instituições públicas (como as universidades), de outro, tolhem, condicionam e limitam a criatividade na produção intelectual neste “campo”.

Um ponto levantado pelo prof. Randolph requer maior atenção: o de que a produção (dissertações, teses, artigos, livros...) dos programas de pós-graduação na sub-área, nos “quatro cantos” do país, ainda se encontra oculta. Cabe, talvez, trazê-la para o debate!

Debate:

Perguntas e comentários de:

Prof. Benny: talvez falte uma política nacional de desenvolvimento urbano; há que se interpretar o Brasil urbano e regional pós-eleições municipais de 2012; há um crescimento metropolitano nas franjas das grandes cidades, mas parece ser subalterno; há um aparente conflito ético entre pesquisa e consultoria.

Prof. Geraldo Magela: caberia deixar mais claro de que planejamento regional se fala; talvez não passe de *gestão*...

Professora Eulália: há um acordo generalizado de que existe uma despolitização da pesquisa.

Prof. Arystides Moisés: haveria que aprofundar a questão ambiental; a problemática da água no Centro-Oeste é das mais graves e tem relação com o debate sobre desenvolvimento regional.

Professora Virgínia: é importante lembrar a temática ambiental; além disso, cabe atentar para o fato de que as pessoas trabalham de diferentes maneiras, em diferentes lugares, o que muda as “relações de produção”; ainda não existe instrumental teórico para dar conta dos arranjos sociais contemporâneos.

Respostas dos integrantes da mesa:

Prof. Randolph: concentrou-se nas questões referentes ao planejamento.

Prof. Campolina Diniz: tratou dos problemas urbanos, chamando a atenção para a especulação imobiliária.

Prof. Brandão: observou que existem disputas na academia, que falta sensibilidade social ao(s) governo(s), e que tem havido uma imposição de noções descontextualizadas ao debate (pelo Banco Mundial, pelas “revistas científicas”, pelos “eventos”).

Prof. Paviani: concentrou-se na problemática urbana de Brasília.

Perguntas e comentários de:

Professora Camila: expressou contentamento com a expansão da pós-graduação na sub-área do desenvolvimento regional e chamou atenção para as cidades médias e o processo de “interiorização”.

Tânia, professora de ensino médio e pós-graduanda na UnB: identificou-se com observações do prof. Brandão e chamou atenção para o “específico” de cada lugar.

Professora Miriam (Unochapecó): fez observações a respeito (a) da juventude, que, embora não “cliente”, deveria ser trazida para os programas de pós-graduação da área PUR/Demo; e (b) da abrangência espacial da ANPUR.

Professor Rodrigo Simões: sugeriu que “se deveria diagnosticar o que se ensina” e “refletir sobre o que deveria efetivamente ser ensinado” em Estudos Urbanos e Regionais; pode ser que haja um *gap* entre ambos os momentos. Se houver, é preciso perguntar a respeito de o que a ANPUR pode fazer para diminuí-lo. Observou, ainda, que houve profissionalização na área. Por fim, considerou que a consultoria pode ter aspectos positivos.

Respostas dos integrantes da mesa:

Prof. Paviani: concentrou-se na questão do ensino em Estudos Urbanos e Regionais.

Prof. Brandão: procurou tratar das indagações e observações do público, mas concordou que devesse haver maior preocupação com a juventude.

Prof. Campolina Diniz: objetivamente, lembrou que era preciso definir o projeto de sociedade que se quer para o país.

Prof. Randolph: procurou tratar das indagações e observações do público, mas atentou para a necessidade de se precaver contra certo positivismo reinante.

Professora Edna Castro: lembrou que a Amazônia está na agenda... do mercado!

Encerramento:

Com as palavras finais do *coordenador da mesa*, prof. Dr. Arystides Moysés [PUC-GO] e *coordenador do evento*, prof. Dr. Benny Shvasberg [FAU/UnB], às 12h15m, deu-se o encerramento.

Relato, em sua versão de 18/11/2012, sob a responsabilidade de *Ivo M Theis*.

